

ATA N.º 9/2017:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2017:

No dia dezanove de abril de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, na sala do Grupo Desportivo e Recreativo “Águias da Aroeira” (freguesia de Poceirão), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino.

O **Sr. Presidente** refere que, na sequência do pedido de suspensão de mandato apresentado pela Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues para o período de 17 de abril a 31 de agosto de 2017, foi convocada a Sra. Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino, nos termos do n.º 1, do art.º 79º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (Anexos a esta Ata como documento n.º 1).

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Protocolo de Cooperação com a Área Metropolitana de Lisboa – Sistema de Vigilância Contra Incêndios no Parque Natural da Arrábida

PONTO 2 – Alteração ao PDM de Palmela – Transposição dos Planos Especiais de Ordenamento do Território

PONTO 3 – Cedência temporária de domínio público: festividades locais

PONTO 4 – Protocolo de cedência de viatura Chaimite entre o Exército e o Município de Palmela

PONTO 5 – Atribuição do direito de utilização e ocupação de duas lojas na zona comercial do Castelo de Palmela

PONTO 6 – Cedência temporária de domínio público para eventos de promoção de produtos locais

PONTO 7 – Atribuição de topónimo na Freguesia de Pinhal Novo – “Praça Movimento das Forças Armadas”. Requerente: Câmara Municipal de Palmela. Proc.º TOP-1876/2017. Local: Rua Infante D. Henrique, em Pinhal Novo.

RETIRADA DO PONTO 7 DA ORDEM DO DIA: Atribuição de topónimo na Freguesia de Pinhal Novo – “Praça Movimento das Forças Armadas”. Requerente: Câmara Municipal de Palmela. Proc.º TOP-1876/2017. Local: Rua Infante D. Henrique, em Pinhal Novo.

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** explicita que nas reuniões descentralizadas se inverte o método de funcionamento da reunião, de modo a possibilitar que o público intervenha no início da mesma, ao que se segue o Período Antes da Ordem do Dia e a Ordem do Dia.

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE POCEIRÃO

O **Sr. Presidente** menciona que esta reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. A semana da freguesia do Poceirão decorre de 17 a 21 de abril de 2017.

O programa intenso acabou por começar com a reunião que a Câmara Municipal teve com a Junta de Freguesia, onde deu nota de várias intervenções que vão arrancar: mais um troço da Estrada Municipal 533, à saída de Poceirão em direção à Ria Ibérica, vai ser repavimentado, e como são várias dezenas de quilómetros, será feita a conservação de forma faseada. Depois falaram do processo do início da Rua Joaquim Gomes Romão, uma rua que tem vindo a ser debatida a pertinência do seu asfaltamento e que, no âmbito dos processos de participação, nomeadamente, o “Eu Participo” (que já se chamou, em tempos, orçamento participativo) vem a ser um dos arrumamentos mais votados, entre outras questões, no território. Felizmente, a Câmara tem conseguido integrar, a pouco e pouco, sabendo que há muitos arruamentos para pavimentar, há muita coisa ainda por fazer num concelho com 465 quilómetros quadrados, 900 quilómetros de caminhos públicos, 520 quilómetros de condutas de água. Não há concelhos da Área Metropolitana de Lisboa com esta extensão e com este desafio tão grande, mas há, de facto, ainda muita coisa para fazer, mas tem sido privilégio conseguir todos os anos através do “Eu Participo”, integrar novos investimentos. Num período em que se fala de facilidades, fala-se também de dificuldades que são reais e que existem, algumas opções rigorosas que a Câmara tem tomado, têm permitido ir fazendo um pouco mais e corresponder às expectativas dos municípios e do território. A autarquia integrou 550.000,00€ de novos investimentos, de 2015 para 2016, votados no “Eu Participo”; não eram investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano, são investimentos novos de 2016 para 2017, entre os quais se encontrava esta rua, que tem adjudicada a empreitada, que começará após a habilitação da documentação da empresa.

Depois falaram nas intervenções que estão a ser feitas na remodelação do espaço Jardim Ferreira da Costa, em Poceirão, em que o município se comprometeu também a comparticipar financeiramente para suportar os custos daquela grande melhoria, no que diz respeito também à superfície de impacto. Discutiram também outros projetos que a câmara conseguiu candidatar a programas de investimento do Portugal 2020. Infelizmente, porque Palmela está na zona rica de Lisboa, são pouco generosos e são pouco diversificados. Infelizmente, não há comparticipações para estradas nem comparticipações para prolongamento de infraestruturas. Quase todos os fundos estão destinados a questões de requalificação e sobretudo muito ligadas ao combate à exclusão social e promoção do emprego, de melhoria de qualificações, eficiência energética, enfim, são prioridades de investimento que estarão corretas para muitas zonas do país, mas a autarquia gostaria, que ainda assim, na Área Metropolitana de Lisboa se pudesse ir mais longe. Acrescenta que também se conseguiu, à própria da hora, que neste programa Portugal 2020 tivesse ainda apoio para a requalificação de espaços educativos e, por isso, há 4 escolas em ampliação em todo o concelho, uma delas aqui mais perto na freguesia de Águas de Moura, que vai ter um grande centro escolar, um investimento global no valor de 2.400.000,00€, em que só foi atribuído 50%, sendo que em outras zonas do país vai aos 70% ou mais, mas o município está a aproveitar esta oportunidade e a fazer esse esforço.

Foram apresentados também outros projetos, alguns expostos nos painéis patentes na sala. E uma das prioridades de investimento, que visa requalificar equipamentos que possam promover desenvolvimento social integrado, foi a requalificação do polidesportivo do Poceirão. Mas não é uma requalificação só do seu pavimento, porque a Junta até o tem muito bem cuidado e tratado, o mesmo se pode dizer relativamente aos balneários e à sua conservação; mas está ligado à melhoria das acessibilidades, à criação de balneários e instalações sanitárias, pois também hoje é obrigatório pensar sempre nas pessoas com mobilidade reduzida. A autarquia vai sobretudo aproveitar a oportunidade para um projeto audaz que, na prática, traduz-se na construção de um pavilhão desportivo. Colocando este projeto na lógica da melhoria da igualdade de oportunidades dos territórios, foi possível ver esta candidatura fundamentada o que permitiu, para além de fazer a cobertura do pavilhão, que facilita a prática de outras modalidades e a atração da juventude, pode também estar ao serviço do Agrupamento de Escolas José Saramago. Existirão depois duas salas destinadas a valências de natureza social. Portanto, foi com esta argumentação que a câmara ainda conseguiu algum investimento nestas prioridades de investimento para este território.

Está a decorrer um estudo de mobilidade em torno do conceito de transporte flexível, pois nestas zonas dispersas é complicado haver transporte público e não há também massa crítica, como dizem os técnicos, não há o número de passageiros suficiente para determinadas carreiras e então, há uma linha de financiamento para estudos de mobilidade, que são, aliás, obrigatórios quando se abrir novas concessões; e estes estudos de mobilidade tentam criar sinergias entre vários operadores de transporte públicos, privados e até táxis, é quase um

sistema de transporte a pedido. Lamentou que os fundos comunitários não financiem os transportes, financiam só o estudo e as plataformas informáticas não financiem o transporte, mas essa parte virá a seguir ao estudo.

A Câmara também deu nota de outras linhas de financiamento no âmbito da ADREPES, a associação que gere o desenvolvimento local, que gere fundos comunitários; em que o município de Palmela tem sido, na península e entre os sócios da ADREPES, (operadores privados, bancos, associações profissionais) sempre eleito para presidir à direção. A autarquia, teve a apresentar também oportunidades que existem para o território, com dois avisos que saíram recentemente (de quem trabalha no setor da vinha e do vinho conhece-os) que têm sido publicitados. Mas para os circuitos curtos, para a produção de hortícolas, para pequena maquinaria do frio, entre outros, foram faladas também em oportunidades que serão desenvolvidas em Marateca e Poceirão, Centro Cultural e Centro Comunitário, sessões informativas que serão divulgadas aos potenciais interessados, mas que são sessões abertas a toda a gente.

Também foram avaliadas as delegações das competências, porque apesar de serem limitadas, as juntas têm feito muito com competências delegadas e com verbas que o município faz chegar: a conservação de caminhos é da responsabilidade da Junta (o trabalho é positivo, embora haja alturas do ano em que as coisas não funcionam tão bem), reparação de calçadas, conservação de escolas (reparações até um determinado nível de complexidade também estão delegadas nas Juntas), os parques infantis e os espaços de jogo e recreio. De grosso modo, a avaliação é muito positiva.

Depois, foi visitada a obra que está a decorrer no espaço de jogo e recreio de Poceirão. E, para dar visibilidade a alguns projetos inovadores, foi visitada a Quinta dos Burros Mirandeses, que é um projeto de Alojamento Local, que tem procura. Entre alojamento local e zona de eventos, que está em processo de licenciamento, tem na Quinta uma criação de burros mirandeses, pois tal como há a hipoterapia também há a asinoterapia, que são terapias com resultados testados em crianças autistas, para pessoas com deficiência.

Depois foi visitada uma empresa de vinhos e referiu que para a Câmara é tão importante visitar empresas de renome internacional (que muito contribuem para o PIB), como é importante visitar pequenos negócios que estão a florescer, que também concorrem até com as suas uvas e os seus mostos para outros vinhos de renome, que depois também já vão começando a fazer o seu engarrafamento. Foi visitada, então, uma pequena empresa familiar os "Vinhos Enoque", para divulgar o esforço e o trabalho que estão a fazer, com vinhos muito interessantes, sendo o mais destacado o Tinto Castelão e já fazem 90 mil litros por ano. É uma coisa pequenina, comparado com os outros milhões de litros que o executivo tem visitado noutros locais.

Muito produtiva, foi também a reunião com o Agrupamento de Escolas José Saramago, tendo em vista as questões relacionadas com a necessidade de haver o alargamento ao 10º ano, pois

é muito importante para fixar jovens e para que eles continuem os estudos e para que não os abandonem; porque alguns, tendo ofertas em concelhos vizinhos, acabam às vezes por não concluir o secundário. O município já tinha tomado posição política, já fez démarches junto da senhora secretária de estado, junto da DGESTE. Felizmente o Agrupamento está sintonizado, já foi feito um estudo, já foram identificadas as áreas profissionais em que há apetência dos miúdos, foi feito até despiste vocacional com a psicóloga. A autarquia está a trabalhar, juntamente com a tutela, para que seja possível a abertura de duas turmas de ensino profissional no Agrupamento de Escolas José Saramago.

Depois, a sessão de trabalho com a coletividade onde se realiza a sessão, visou, de facto, ajudar a coletividade a criar um caminho para a regularização de uma série de situações. Quanto ao regulamento de apoio ao movimento associativo, os resultados serão trazidos à reunião em maio, onde haverá aprovação das candidaturas e dos apoios financeiros e logísticos que o município procura distribuir, de acordo com as necessidades de cada coletividade.

Hoje é a reunião pública. Amanhã, há uma pausa, mas na sexta-feira, realizar-se-ão os atendimentos, que podem e devem ser marcados na Junta, no número de telefone do gabinete de apoio. Portanto, quem tiver questões a apresentar em atendimento, deve fazer essas marcações.

Na sexta-feira, a meio da tarde, no Centro Cultural do Poceirão, será feito o balanço da semana de trabalho com estas e outras informações.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** agradece a presença do público. Uma vez que se trata duma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do público. Dá a palavra a quem queira intervir.

Sr. José Carlos (1.)

Refere que reside na Rua João Loureiro e que há cerca de 30 anos que assiste que a Junta, efetivamente, tem tido sempre o cuidado e a atenção de manter o pavimento o mais correto possível, mas que recentemente tem vindo a ser aplicada camada após camada, e nalguns pontos a estrada está acima da quota de alguns terrenos.

Para além disto criar inúmeros problemas, trata-se de uma zona agrícola onde passam muitos tratores e a estrada está sempre e completamente degradada.

O munícipe reclamou com a Junta que de 15 em 15 dias, trata do assunto. Questiona por isso, que reparações com essa frequência quanto não terão custado em 35 anos.

Informa que é uma rua que não requer uma obra de engenharia muito grande, são cerca de 300 metros, pelo que solicita a intervenção da Câmara.

Sr. Carlos Marques (2.)

Refere que também reside na Rua João Loureiro e é a primeira vez que está a participar numa ação destas, pelo que está um bocado nervoso.

Corroborar as palavras do vizinho Sr. José Carlos.

Sra. Esmeralda (3.)

Refere que participou na reunião do Poceirão onde foi lançado um desafio pelo **Sr. Presidente** acerca da água, em que informa que já trouxe 4 interessados e que faltam os outros 4, que não puderam vir.

Também diz que quer falar sobre o alcatrão da Rua Amélia Fernandes e o alcatrão.

Sra. Anabela Marques (4.)

Refere que também mora na Rua João Loureiro e diz que é uma necessidade fazer o seu alcatroamento. Continua, informando que essa questão já foi posta por duas pessoas: pelo marido e pelo vizinho, mas que se inscreverão também no "Eu Participo" e irão movimentar outras pessoas para que também possam falar do problema.

Indica que está ligada à rede, mas por vezes tem que se desligar porque tem um painel solar que tem que levar a água e a força da água da rede é tanta, que se não meter a bomba, nada feito; no seu furo, nada feito. Portanto, há bem pouco tempo, teve que ir lá alguém da água a ver porque é que o contador não andava e a munícipe explicou porque tinha desligado pura e simplesmente. Não há força de água a chegar ao sítio aonde está o abastecimento.

Outro dos problemas também é a toponímia: quem vem da Rua Roberto Silva Cardoso para cima, não vê a toponímia da rua. Quem vem da Rua dos fazendeiros, de Lagameças está a toponímia, mas do lado contrário, não está.

Sra. Sílvia Oliveira (5.)

Refere que reside na rua perpendicular à Rua Amélia Fernandes. Solicita que seja colocado toponímia na sua rua, dado que por vezes é difícil dar indicações de onde mora.

Refere que em questão à água também fará um requerimento e reitera as intervenções anteriores em relação ao mau estado da estrada.

Face às questões apresentadas pelos/a Srs./a Municípes são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Em resposta à Sra. Esmeralda (3.), o **Sr. Presidente** refere que vão rever a questão do prolongamento que foi pedido, mas sem prejuízo de fazerem o “Eu Participo”, sugere que façam o requerimento individual.

A Câmara tem interesse, onde houver pressão suficiente, em continuar a estender a rede. Todas as pessoas produzem resíduos e muitos, especialmente no concelho de Palmela dada a natureza rural, mas só quem está ligado à rede é que paga.

Numa perspetiva económico-financeira de interesse que o município tem de servir e de fazer chegar esse bem às pessoas, não virá fazer um prolongamento para depois ficar só uma pessoa ligada. Foi nessa perspetiva que foi lançado o desafio, porque está ao alcance da autarquia fazer esse prolongamento, quer técnica e financeira, mas quer ter aqui o compromisso de arranjar mais pessoas.

Com a rede que o concelho tem, tem de haver mais gente ligada, sob pena de o sistema ser insustentável. E a entidade reguladora já chama a atenção para o facto de a água ser muito barata.

_ Em resposta ao Sr. José Carlos (1.) e ao Sr. Carlos Marques (2.), o **Sr. Presidente** refere que nessas zonas rurais há classificações de terrenos onde a posse da terra, nalguns casos, dá direito à construção e outros não dá. É uma zona onde, infelizmente, houve muita pressão para construção em sítios onde não devia ter sido autorizada, mas o custo da infraestrutura, naturalmente pesa e tem que ser feito paulatinamente de acordo com os recursos que o município tem. Ao longo dos anos, respondendo até a outras competências e necessidades inadiáveis, o município foi intervindo em escolas, por exemplo. Palmela tem mais arrumamentos públicos que outros municípios que são maiores em extensão e este emparcelamento deu origem a esta realidade.

Os caminhos foram levando infraestrutura e iluminação pública e com este desafio enorme, a câmara vai procurando fazer um plano de pavimentações que tem alguns critérios subjacentes.

O município entende que, apesar do “Eu Participo” não ser deliberativo, mas consultivo, se realize as 3 propostas mais votadas. Mas não é só isso que está subjacente, até porque também é verdade que a autarquia está a fazer, este ano, outras propostas que não foram das mais votadas.

Há vários critérios a ser obedecidos e que influenciam nas decisões: número de habitantes, situação do arruamento, se tem reserva ecológica, se há mais construções por legalizar do que legalizadas, se a água chegou. E o investimento tem de ser distribuído pelas cinco freguesias, senão eram sempre os projetos das freguesias grandes os mais votados e que ganhavam sempre.

O pedido será analisado, sendo que a câmara tem recursos finitos. Sente-se, felizmente, segurança, estabilidade e rigor financeiro que está a permitir a câmara começar a fazer mais. Basta consultar os documentos da câmara para perceber este percurso. Serão avaliados e pesados todos os estudos técnicos.

_ Em resposta à Sra. Anabela Marques (4.), o **Sr. Presidente** refere que em relação à questão da água ficaria incomodado se a munícipe tivesse dito que a pressão que tinha na habitação era inferior à pressão legal do regulamento de água; porque o município tem obrigação de fornecer água com uma determinada pressão/bar, assim está legislado. A partir daí, não deve fornecer ou estará a prestar um mau serviço.

O Sr. Presidente confessa que reside numa zona com as mesmas características e com os mesmos problemas de água e que por vezes também vai alternando com o furo, consoante as necessidades.

Sugere que quando houver questões com a pressão, que os munícipes enviem um email para os serviços para ser feita uma medição.

O que acontece muitas vezes, é a própria canalização predial das pessoas, por alguns motivos, pode não estar em condições. Quando se desliga o contador, os serviços pensam que pode estar avariado e por isso vão ao local verificar.

Quanto à toponímia, dentro de delegação de competências está na Junta de Freguesia, a responsabilidade de colocar as placas, de uma determinada forma técnica, numa ponta e outra da rua.

Geralmente é colocada à entrada do lado direito de cada uma das ruas, portanto, se não tem num dos lados da rua terá de ser regularizado.

A placa toponímica da rua só se coloca num dos lados. As placas direcionais é que levam placas em ambos os lados; na toponímia não é habitual.

_ Em resposta à Sra. Sílvia Oliveira (5.), o **Sr. Presidente** refere que quanto à água, conforme foi mencionado, possivelmente, se houver os requerimentos, a câmara consegue fazer este ano com toda a tranquilidade.

Quanto à toponímia na rua, informa que a Junta colocou essa questão na reunião.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que é, de facto, uma questão que está à espera do regulamento, porque foi constituído um caminho, que não é um crime público mas tem serventia pública. O regulamento municipal não permitia a atribuição como se, de facto, um caminho público se tratasse. Não é uma situação única no concelho, mas o regulamento já foi publicado em Diário da República, irá à Assembleia Municipal de junho, o que quer dizer que esta é uma das situações que está referenciada para ser resolvida, muito rapidamente, até ao final do Verão, garantidamente.

O **Sr. Presidente** refere que só aquilo que é efetivamente e legalmente caminho público, é que permite toponímia. Entretanto, com esta alteração que havendo serventia pública registada, pode de facto passar a ter toponímia, isto vai ser resolvido.

Sobre a questão do asfaltamento, será analisado, conforme foi dito aos outros munícipes.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Moção (Falta de pessoal não docente na Escola Secundária de Pinhal Novo). - dos/as Eleitos/as da CDU

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** apresenta a Moção que se transcreve:

MOÇÃO (Falta de pessoal não docente na Escola Secundária de Pinhal Novo)

"Desde outubro de 2016 que a Escola Secundária de Pinhal Novo se vê confrontada com uma grave falta de pessoal não docente, quer ao nível de assistentes operacionais, que garantem a vigilância, limpeza e o funcionamento de espaços como a Biblioteca, Centro de Recursos, Bar e Espaços Desportivos, quer de Assistentes Técnicos, facto que levou ao encerramento temporário da secretaria, durante um período de cerca de quatro meses, uma vez que só se encontravam ao serviço três assistentes técnicos dos 12 previstos.

Desta situação, então apresentada em Conselho Geral da Escola, foi dado conhecimento à DGEstE e, um mês depois, à Secretária de Estado Adjunta e da Educação pelo Conselho Municipal de Educação e, em várias reuniões de Conselho Geral e de Conselho Municipal de Educação, a diretora da escola e os representantes dos pais e encarregados de educação têm feito pontos de situação das várias reuniões realizadas por ambos com a DGEstE.

Também a Câmara já manifestara, em 8 de fevereiro último, e no âmbito da informação sobre a falta de pessoal não docente nas escolas do concelho, a sua preocupação pelo facto da secretaria da Escola Secundária de Pinhal Novo estar encerrada, desde 2 de dezembro.

O problema ao nível do pessoal não docente mantém-se: - das 29 assistentes operacionais previstas (rácio definido em portaria), estão a desempenhar funções na Escola Secundária de Pinhal Novo 20, ou seja, um número manifestamente insuficiente para suprir todas as necessidades de funcionamento de um estabelecimento de ensino com 1654 alunos, alguns dos quais com necessidades educativas especiais.

Assim, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão pública, em Aldeia Nova da Aroeira, freguesia de Poceirão, a 19 de abril, **delibera:**

- Manifestar o seu apoio aos alunos, pais e encarregados de educação, professores e diretora da escola na reivindicação do provimento do quadro de pessoal não docente, essencial ao bom funcionamento do estabelecimento de ensino;
- Solicitar ao Ministério da Educação uma rápida intervenção, no sentido de providenciar a afetação de pessoal não docente, para suprir as necessidades da Escola Secundária de Pinhal Novo;
- Enviar a presente Moção às seguintes entidades:
 - Grupos Parlamentares da Assembleia da República
 - Primeiro-ministro
 - Ministro da Educação
 - Secretária de Estado Adjunta e da Educação
 - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)
 - Conselho Metropolitano de Lisboa
 - Assembleia Municipal de Palmela
 - Juntas de Freguesia do Concelho
 - Conselho Municipal de Educação
 - Conselho Municipal de Juventude
 - Escola Secundária de Pinhal Novo
 - Conselho Geral da Escola Secundária de Pinhal Novo
 - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária de Pinhal Novo
 - Comunicação Social.”

Sobre a Moção (Falta de pessoal não docente na Escola Secundária de Pinhal Novo) intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que votará favoravelmente esta moção. Já houve a oportunidade de discutir este assunto em fevereiro. Infelizmente, no início do 3º período a situação continua igual e sem resolução à vista, o que, naturalmente dificulta a vida e o sucesso escolar das crianças e dos jovens que, naquela escola estudam e também dos professores que nela ensinam e dos órgãos dirigentes da escola.

Diz que votará favoravelmente, expressando também a sua solidariedade com os pais, os alunos e os professores daquela escola e esperando que rapidamente esta situação se resolva porque é inadmissível que estando a fechar o fim deste ano escolar esta situação ainda que subsista.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o Partido Socialista, como é óbvio, irá acompanhar esta moção, mas que gostava no entanto de colocar aqui alguns contextos que não são apresentados, na moção, apesar de ela estar bastante direta, muito pouco politizada, pelo que a acompanharão, sem reservas. Esta questão tem várias explicações e vários momentos, portanto, não há aqui um prolongar do Ministério da Educação que perante esta situação se manteve inativo durante um período. A questão do rácio da escola de Pinhal Novo, tem que ver com as obras que iam aumentar consideravelmente o espaço, portanto, iam necessitar de mais pessoal docente em função da criação de novas e determinadas áreas. Este rácio é estabelecido por lei e portanto, obviamente terá que haver uma alteração legislativa que altere esse rácio e toda a gente está à espera que haja essa alteração legislativa, de forma, a que se possa aumentar o rácio de pessoal não docente.

Depois em relação às 29 assistentes operacionais previstas, estão atribuídos, há é 9 pessoas de baixa, o que é uma coisa que é muito normal nas escolas, portanto, os assistentes têm uma função de desgaste e, portanto, é muito normal haver uma percentagem elevada de baixas em relação a estes assistentes. E, pelo meio, ainda se tentou resolver esta questão com recurso à mobilidade, mas parece que também este caso não conduziu a nenhuma solução. Assim e não havendo soluções do ponto de vista dos pais e dos alunos, o pedido é inteiramente justo, a situação é insustentável, a escola não pode funcionar abrindo um bar, mas fechando a casa de banho, abrir uma casa de banho, fechando a biblioteca. Portanto, não tem lógica nenhuma em termos de funcionamento, os alunos estão a ser lesados, os professores também, os funcionários em esforço.

Existe uma justiça nesta moção e, com certeza, é essa a razão também, porque ela saíra daqui aprovada por unanimidade.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que o rácio da portaria são 29 assistentes operacionais, portanto, faz um ano que a escola começou no seu novo modelo já com a obra terminada.

Havia tempo suficiente, mesmo depois do início do ano escolar. Isto começa a ser falado em Outubro e de Outubro até Abril, é evidente que houve muitas reuniões; houve reuniões da direção da escola com a Dgeste que é quem trata a nível do Ministério da Educação sobre esta matéria, houve reuniões da Dgeste com os representantes dos pais, houve alertas sucessivos durante estes meses até agora, é demasiado tempo. É verdade aquilo que o Sr. Vereador Pedro Taleço disse de haver muita gente em baixa, mas destas 9 há 6 baixas prolongadas, que eventualmente nunca voltarão àquela escola e tem que haver soluções, nem que sejam soluções de emergência para estes casos. E não houve, com estes alertas todos. Deveria ter havido o cuidado suficiente, a atenção suficiente perante a burocracia de certos serviços. Não se refere à burocracia do Ministério da educação, na Dgeste há quem defenda que são 24 assistentes operacionais e que a diferença não é de 9 assistentes operacionais, mas sim, de 4 assistentes operacionais. Esta teimosia de quem interpreta à margem da própria portaria, é ser mais papista que o Papa.

Os diretores das escolas ainda hoje alertavam o ministério para a necessidade do próximo ano letivo, atempadamente, os assistentes operacionais estarem colocados nas escolas. E neste caso, então é emergente.

Resolveu-se, de certa forma, o problema da secretaria, que esteve até em risco de ser encerrada, mas tiveram que ir buscar assistentes operacionais para irem para a secretaria. É evidente que os outros serviços como a Biblioteca, está fechada pois só tem o professor bibliotecário. O Centro de recursos não tem um único funcionário, o professor responsável está a trabalhar com alunos voluntários. O bar encerra das 11 às 13 horas, isto só trabalha com os mínimos, com 3 funcionários que fazem de tudo, desde servir ao balcão, às limpezas. O espaço desportivo tem 2 assistentes operacionais e a partir das 17 horas está encerrado, com todos os riscos, porque há desporto escolar a decorrer entre as 17 e as 19, sem o apoio de assistentes operacionais.

O **Sr. Presidente** refere que o aditamento do Sr. Vereador Adilo Costa ainda veio dar mais força à gravidade da situação. Esta questão resulta de um desinvestimento nesta matéria, não é de agora, é de há muitos anos,.

Recorda que trabalhou naquela escola e os ministros achavam que as escolas tinham que ser armazéns. Estas tipologias de construção têm consequências, mas agora o importante é passar das palavras aos atos. O atual governo ainda não fez aquilo que tinha que fazer nesta matéria. Até a própria portaria, que não está a ser respeitada, nem de perto nem de longe, correspondia às necessidades das escolas. Felizmente, nas intervenções desta natureza, que são da responsabilidade das autarquias, em particular em Palmela, a câmara tem naquilo que é a responsabilidade de fornecer auxiliares nas escolas, um número acima. A câmara também tem baixas, tem ausências para ir a plenário tem faltas por vários motivos e no entanto, encontrou a solução. A câmara tem a capacidade para resolver e a opção política para fazer as opções certas. Esta situação remete para a descentralização de competências em que o executivo tem,

naturalmente razões para desconfiar da forma como alguns querem descentralizar, desresponsabilizando-se; é que depois a manifestação não é à porta do Ministro da Educação, a manifestação depois é à porta do Presidente da Câmara.

É a mesma questão que o número de alunos por turma que, em boa hora, o Governo pressionado por outros partidos de esquerda que o suportam nalgumas opções, admite que está disponível para equacionar estas matérias, porque há de facto que inverter o paradigma, que já vinha com praticamente 14 anos de inversão daquilo que vinha a ser feito. No tempo da reforma de Roberto Carneiro, que apesar de não ser um homem da mesma área política que a sua, mas que tomou as opções corretas, para a educação e a para o ensino.

Portanto, há um problema no concelho de Palmela, que afeta a maior Escola Secundária, com o maior número de alunos. Vale a pena, de facto, tomar posição e chamar a atenção da tutela que tem de haver aqui uma outra interpretação da portaria e uma outra resposta, sob pena da qualidade do trabalho que foi feito ser penalizado, por via da insuficiência de auxiliares que são indispensáveis nas escolas.

Submetida a Moção (Falta de pessoal não docente na Escola Secundária de Pinhal Novo) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. Saudação (43.º aniversário do 25 de Abril). – dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (25 de Abril). – dos/a Eleitos/a do PS

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador). – dos/a Eleitos/a do PS

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

A Sra. Vereadora Adília Candeias passa à apresentação da Saudação:

SAUDAÇÃO (43.º aniversário do 25 de Abril) – dos/as Eleitos/as da CDU

“Passam 43 anos sobre a madrugada de Abril, o início da caminhada para a liberdade e a democracia, para o trabalho com direitos, a justiça social e política, que pôs fim a meio século de um regime repressivo, à guerra colonial e ao isolamento internacional.

Ao longo destes anos, com as naturais diferenças que resultam de percursos e opções de vida diferentes, muitos milhares de pessoas se empenharam política e civicamente e contribuíram para consolidar direitos inalienáveis, do trabalho, à educação, aos cuidados de saúde e igualdade de género, entre outros.

O Poder Local e a Constituição da República que o consagrou tornaram-se dois pilares essenciais da democracia e do progresso social. As autarquias locais foram e continuam a ser verdadeiras escolas de participação e cidadania, permitindo o envolvimento e participação dos/as cidadãos/ãs nas principais realizações sociais, culturais e económicas dos territórios, quer através das associações e entidades do concelho, quer no plano individual, com a sua exigência e empenho na vida da comunidade.

Profundas transformações sociais e políticas contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações, e foram determinantes na superação de enormes carências, na educação e formação dos mais novos, na saúde, na segurança social, na garantia de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras, de mais conforto e condições de vida dignas para os mais idosos.

A revolução de Abril de 1974 devolveu também ao povo português os direitos de associação sindical e profissional, indispensáveis à defesa de melhores condições de trabalho, e a celebração livre do 1.º de Maio. E, por isso, comemorar Abril e o Dia do Trabalhador é festejar a liberdade e a democracia e os nossos direitos sociais e políticos.

Reunida a 19 de abril de 2017, na Aldeia Nova da Aroeira, a Câmara Municipal de Palmela **delibera:**

- Saudar os homens e as mulheres que lutaram e tiveram um papel ativo na luta contra a ditadura, pela liberdade e a democracia;
- Saudar os militares do Movimento das Forças Armadas pela sua coragem e ação decisiva no derrube do regime fascista;
- Exortar as populações a defenderem o Poder Local Democrático e a sua autonomia, conquistas inalienáveis de Abril;
- Apelar à participação nas comemorações do 25 Abril e do 1º de Maio.”

Submetida a Saudação (43.º aniversário do 25 de Abril) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** apresenta a seguinte Saudação:

SAUDAÇÃO (25 de Abril) – dos/a Eleitos/a do PS

“A madrugada preparava-se, mais uma vez, para romper em silêncio, adormecida, morta de palavras e com a ausência de muitos que sofriam, sós, nas cadeias da PIDE/DGS, no exílio, na clandestinidade ou no silêncio do medo.

Mas a madrugada desse dia de abril de 1974 rompeu clara e colorida, como a flor na Primavera, com cravos nos canos das espingardas dos filhos da madrugada, soldados, capitães da malta que pondo em perigo as suas vidas e carreiras militares, saíram para a rua cortando as amarras da ditadura e soltando as palavras.

Gritou-se Liberdade; Democracia, Descolonização e tantas outras palavras proibidas até aí.

O povo é que mais ordenava, em cada esquina encontrava-se um amigo, nos rostos misturavam-se lágrimas de alegria com sorrisos de liberdade e todos em uníssono gritavam “O Povo unido jamais seria vencido”.

Hoje 43 anos depois, o País e os Portugueses continuam reconhecidos e agradecidos aos Militares de Abril e a todos e a todas, homens e mulheres, trabalhadores, estudantes, que durante os 48 anos de ditadura se entregaram, na clandestinidade, na prisão, no exílio, muitos com a sua própria vida, à luta contra um regime que governava o país em servidão.

O país, é hoje muito diferente, há melhor qualidade de vida, melhor democracia, melhor gestão do território, melhor mobilidade, mais segurança, melhor ensino público, melhor acesso à saúde, menores assimetrias sociais, mais descentralização, e novos protagonistas políticos.

Abril foi e continua a ser sinónimo de liberdade, de solidariedade, de justiça social, de inclusão e de integração, de paz e de fortalecimento do estado de direito.

25 de Abril é dia festa, mas é também de afirmação da necessidade de continuarmos a refletir sobre o tempo que vivemos e sobre o futuro.

É tempo de como escreveu Miguel Torga “de repensar esta nesga de terra”, tendo sempre presentes os valores de abril, os direitos e deveres de abril, conquistados em prol do progresso, do desenvolvimento sem os quais não haverá plena liberdade e justiça social.

O Povo merece e obriga-nos a todos e a todas a continuar a luta pelos ideais de Abril.

VIVA O 25 de ABRIL

VIVA OS CAPITÃES DE ABRIL

VIVA PORTUGAL.”

Submetida a Saudação (25 de Abril) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador António Braz** passa à apresentação da seguinte Saudação:

SAUDAÇÃO (1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador) – dos/a Eleitos/a do PS

“Comemorar o 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador – é recordar a luta dos operários e trabalhadores de Chicago que, em 1886, lutaram de forma abnegada para a obtenção de condições de trabalho mais dignas, democráticas e justas.

É imperativo não permitir que este marco histórico caia em esquecimento, nomeadamente pela existência de uma época em que a comemoração desta data, tão marcante para todos os trabalhadores, era proibida, o que, a bem da liberdade e da democracia, terminou no dia 25 de Abril de 1974.

É importante realçar também o papel que todos os sindicatos desempenham, desde então, na defesa dos direitos dos trabalhadores, e da melhoria das suas condições de vida e de trabalho com particular atenção aos jovens, principais vítimas da precariedade, e dos trabalhadores mais idosos. O reforço dos sindicatos no que toca à contratação coletiva mantém-se como uma linha política a seguir.

O 1º Maio de 2017 ocorre num momento de maior confiança no futuro do país e, principalmente, no direitos dos trabalhadores portugueses.

Porém há que continuar a defender a valorização do emprego jovem de qualidade e qualificado. A qualificação dos jovens passa por um ensino superior em que seja possível a todas e todos estarem com dignidade, e por mais interligação ao mercado de trabalho, mas também por um ensino profissional digno e de excelência.

A formação é um dos principais pilares para uma defesa e valorização do trabalho, sendo uma das esferas de maior enfoque no programa Qualifica lançado pelo governo que retoma as boas políticas na qualificação de adultos para uma melhoria da sua empregabilidade.

É imperativo uma contínua melhoria efetiva das condições laborais dos trabalhadores portugueses assente numa política de emprego de salários e vínculos laborais condignos.

Viva o Dia do Trabalhador!”

Sobre a Saudação (1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador) intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que votará favoravelmente a saudação do 25 de Abril apresentada pela maioria.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que concorda com as 3 moções apresentadas. Relativamente ao 25 de Abril e ao 1º de Maio são saudações muito factuais que exaltam o espírito do 25 de Abril e também o espírito do Dia Internacional do Trabalhador e que têm uma forma muito clara de colocar as questões dos direitos dos trabalhadores, dos direitos dos Sindicatos, da liberdade sindical e da liberdade de opinião, liberdade de expressão e tudo aquilo que, no fundo, foi conquistado com o 25 de Abril. E tem a vantagem de serem saudações congregadoras, que no fundo, é o que é importante em datas tão marcantes como são o 25 de Abril e o 1º de Maio.

Não vai pôr em causa a sua votação, pelo contrário, mas, por acaso, considera que era mais adequado se a moção do 1º de Maio apresentada pelo Partido Socialista, retirasse o penúltimo parágrafo até porque o Qualifica é importante, mas do qualifica a única coisa que se sabe é que

o Sr. Primeiro-ministro fez 3 sessões públicas de apresentação, mas ainda não há resultados no terreno, o que é normal porque o programa tem muito pouco tempo, é muito recente.

Não é por causa disto que irá deixar de votar a moção, mas acha que nestas questões que une os partidos, como é o caso do 1º de Maio e o 25 de Abril, deveria deixar-se de lado um potenciador de divisão. Os programas de qualificação para os trabalhadores e para os jovens são sempre bem-vindos, apesar de discordarem de um qualquer pormenor em qualquer programa que os vários governos foram fazendo ao longo dos anos, mas concordam com o princípio. Portanto, estas questões mais do dia-a-dia que podem, às vezes, levar algumas questões de conflito e esquecer daquilo que é importante que é comemorar e assinalar o Dia do Trabalhador, assinalar os direitos dos trabalhadores e assinalar a necessidade de todos contribuírem para a melhoria das condições de trabalho e de vida de todos trabalhadores.

O **Sr. Presidente** refere que a maioria está genericamente de acordo com as moções, com exceção desta alusão facto, no 5º parágrafo e até no 6º parágrafo. Quando se fala do 1º de Maio, naturalmente, a formação é importante, mas, como são importantes outras coisas como higiene e segurança podíamos, por exemplo. Isto desfoca aqui um bocadinho e parece estar a puxar a brasa ao Governo quando há tanta coisa a fazer ainda.

Sugere que se faça a anulação do parágrafo.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que irão retirar a referência específica ao programa Qualifica.

O **Sr. Vereador António Braz** esclarece que o programa Qualifica já funciona com duas ou três turmas na Escola Lima de Freitas.

O **Sr. Presidente** refere que, de facto, isto parece aqui um bocadinho forçado, por isso deverá ser retirado.

Atendendo à discussão havida, surge a reformulação do sexto parágrafo da Saudação, pelo que a mesma passa a ter a seguinte redação:

"Comemorar o 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador – é recordar a luta dos operários e trabalhadores de Chicago que, em 1886, lutaram de forma abnegada para a obtenção de condições de trabalho mais dignas, democráticas e justas.

É imperativo não permitir que este marco histórico caia em esquecimento, nomeadamente pela existência de uma época em que a comemoração desta data, tão marcante para todos os trabalhadores, era proibida, o que, a bem da liberdade e da democracia, terminou no dia 25 de Abril de 1974.

É importante realçar também o papel que todos os sindicatos desempenham, desde então, na defesa dos direitos dos trabalhadores, e da melhoria das suas condições de vida e de trabalho

com particular atenção aos jovens, principais vítimas da precariedade, e dos trabalhadores mais idosos. O reforço dos sindicatos no que toca à contratação coletiva mantém-se como uma linha política a seguir.

O 1º Maio de 2017 ocorre num momento de maior confiança no futuro do país e, principalmente, no direitos dos trabalhadores portugueses.

Porém há que continuar a defender a valorização do emprego jovem de qualidade e qualificado. A qualificação dos jovens passa por um ensino superior em que seja possível a todas e todos estarem com dignidade, e por mais interligação ao mercado de trabalho, mas também por um ensino profissional digno e de excelência.

Retomando as boas políticas na qualificação de adultos, a formação é um dos principais pilares para a melhoria da sua empregabilidade e a defesa e valorização do trabalho.

É imperativo uma contínua melhoria efetiva das condições laborais dos trabalhadores portugueses assente numa política de emprego de salários e vínculos laborais condignos.

Viva o Dia do Trabalhador!”

Submetida a Saudação (1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

- **Reunião de Câmara extraordinária** – O **Sr. Presidente** refere que irá realizar-se uma reunião de câmara extraordinária, no dia 26 de abril, às 15 horas, e essa sessão terá sobretudo como objetivo procurar, rapidamente, aprovar a 1ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para incorporar o saldo do ano anterior e poder dar seguimento a um conjunto de empreitadas que importa pôr no terreno.

- **Segunda-feira das merendas** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que já na próxima segunda-feira, no parque Venâncio Ribeiro da Costa vai-se celebrar a tradicional “Segunda-feira das merendas”, uma iniciativa de convívio e partilha, por excelência, para várias gerações de famílias, com um simbolismo que já tem várias décadas e que representava, na altura, a passagem para o horário de Verão. Tornou-se costume os trabalhadores gozarem a tarde de descanso que se transformava numa grande festa comunitária, com músicas, jogos, em cada família trazia a sua merenda para repartir. É importante esta tradição que a autarquia procura recriar anualmente, conscientes da importância de preservar e perpetuar este património material, profundamente ligado às raízes rurais do concelho.

• **Comemorações do 25 de Abril – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que este ano comemoram-se 43 anos de aniversário da revolução de Abril e o concelho de Palmela é mais uma vez palco de um vasto programa de comemorações que envolve, não só o município, como as Juntas de Freguesia, o movimento associativo e a comunidade local. São 48 entidades envolvidas, na promoção de 138 eventos, dinamizando iniciativas desportivas, culturais e recreativas, com uma nota especial também para o intercâmbio associativo.

No programa dos eventos centrais promovido pelo município, destaca a instalação monumental em Pinhal Novo de um dos símbolos da revolução de 74, uma viatura militar chaimite V-200, fruto de uma parceria com o exército português.

Dá destaque especial também para espetáculos musicais com Pedro Mestre e o grupo coral “Ausentes do Alentejo”, em Palmela, Rogério Charraz e os Irrevogáveis, em Pinhal Novo, com várias participações locais e canções da Liberdade por Conceição Silva em Cabanas e Poceirão

Para o público infantil, a proposta vai para peça de teatro “Revolução numa caixa de costura”, com ações em Quinta do Anjo e em Águas de Moura.

Refere também um conjunto de exposições que vão acontecer, quer no cine-teatro São João, quer no Auditório Municipal de Pinhal Novo, que recebe uma amostra sobre o 25 de Abril na imprensa.

Sublinha também um painel que vai ser inaugurado na Escola Hermenegildo Capelo.

Dá nota da participação de associações juvenis do concelho no Festival Liberdade, que irá decorrer nos dias 16 e 17 de junho, no concelho de Setúbal, uma iniciativa da Associação de Municípios da Região de Setúbal.

São, portanto, muitos e bons motivos para sair à rua e celebrar a revolução de Abril e a liberdade conquistada.

• **Dia Mundial da Dança – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que no Dia Mundial da Dança, ai ser promovida entre os dias 26 e 29 de abril, uma parceria entre a Câmara Municipal e a “Dançarte - Passos e Compassos”, com um conjunto espetáculos que vão celebrar danças típicas de vários pontos do globo.

Sublinhar o Zumba ou Pandeiro, uma iniciativa da Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”, que irá decorrer na manhã do dia 23, com um espetáculo no Cine-teatro São João. Também um conjunto de espetáculos que vão realizar-se no mesmo dia na Biblioteca Municipal de Palmela. O largo de São João vai também ser palco da “Dança no Largo”, um conjunto de diversas aulas a decorrer, entre as 14 e as 19 horas para, no fundo, quem pretende aprender e partilhar novas experiências de dança. À noite, no cine-teatro São João também dois espetáculos marcados por ritmos latinos, que juntam a Orquestra Nova de Guitarras a um

grupo de flamengo e uma festa de salsa, também com vários grupos envolvidos. Trata-se, portanto, de um programa muito diversificado que privilegia a promoção da dança e do trabalho realizado ao longo do ano no concelho, sublinhando a sua importância cultural, enquanto forma de expressão socialização e prática de atividade física.

• **Festival Internacional de Gigantes (FIG)** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o FIG (Festival Internacional de Gigantes) voltou a ter uma certificação internacional pela rede “Europe for Festivals, Festivals for Europe”, no concurso promovido pela *European Festival Association* para o biénio 2017/2018. De acordo com a avaliação de um júri internacional, o Festival Internacional de Gigantes faz parte da comunidade do festival EFE, uma estrutura que integra festivais que representam a qualidade artística e têm um impacto significativo a nível local, nacional e internacional. É um festival com longa tradição, focado numa linha trabalho artístico de sucesso.

Os especialistas enfatizam o compromisso do FIG como expressão icónica da cultura popular, o seu compromisso com a educação e com a capacidade de trabalhar com os seus parceiros locais e internacionais. Naturalmente esta distinção representa a valorização deste evento que vai decorrer entre os dias 7 e 9 de julho e que contribui para a promoção das Artes no território e será conhecido muito em breve o seu programa.

• **Repavimentação de novo troço na Estrada Municipal 533** – O **Sr. Presidente** refere que o início da repavimentação do troço da 533 à saída de Poceirão está adjudicado por cerca de 45.000,00€ e inclui o alargamento da plataforma da estrada em meio metro e vem melhorar as condições de segurança rodoviária e conforto com a pavimentação.

Está também em concurso a empreitada da Rua Joaquim Gomes Romão, no valor estimado de 50.000,00€, para este 1º troço, que tem pouco mais de 700 metros.

Retirada do Ponto 7 da Ordem do Dia

O **Sr. Presidente propõe** a retirada do Ponto 7 da Ordem do Dia:

PONTO 7 - Atribuição de topónimo na Freguesia de Pinhal Novo – “Praça Movimento das Forças Armadas”. Requerente: Câmara Municipal de Palmela. Proc.º TOP-1876/2017. Local: Rua Infante D. Henrique, em Pinhal Novo.

Aprovada, por unanimidade, a retirada do Ponto 7 da Ordem do Dia.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS/A SRS./A PRESIDENTE, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelos/a Srs./a Presidente, Álvaro Manuel Balseiro Amaro; Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 05.04.2017 a 18.04.2017.

LISTA DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelo Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, da lista de contratos de aquisição de serviços celebrados entre 01.04.2017 a 19.04.2017 para efeitos do disposto no artigo 49º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 03.04.2017 a 12.04.2017.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 05.04.2017 a 18.04.2017, no valor de 1.142.442,81 € (um milhão,

cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois euros e oitenta e um cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 18.04.2017, apresenta um saldo de 6.785.543,63 € (seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e três euros e sessenta e três cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 6.031.144,65 € (seis milhões, trinta e um mil, cento e quarenta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 754.398,98 € (setecentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e noventa e oito euros e noventa e oito cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Protocolo de Cooperação com a Área Metropolitana de Lisboa – Sistema de Vigilância Contra Incêndios no Parque Natural da Arrábida.

PROPOSTA N.º SMPC 01_09-17:

«A deteção precoce de incêndios florestais e a rápida intervenção dos meios de combate são fatores fundamentais para que estes não atinjam proporções difíceis de controlar.

Tendo sido publicado em 17 de fevereiro o aviso POSEUR-10-2016-76: Instrumentos de Planeamento, Monitorização e Comunicação – Pactos para o Desenvolvimento e Coesão – 2º Aviso, apresentou a Área Metropolitana de Lisboa candidatura para efeitos de Implementação de um Sistema de Vigilância Contra Incêndios no Parque Natural da Arrábida, que se configura como um instrumento indispensável no referencial regulamentar do referido aviso.

No âmbito desta operação, a AML pretende (i) instalar 7 Torres de Videovigilância e Apoio à Decisão, equipadas com câmaras de vídeo e restantes equipamentos necessários à operação, em Facho da Azóia, Sesimbra, Madalena, Convento, Castelo de Palmela, Tróia e Serra de S. Luís (ii), instalar um Centro de Gestão e Controlo no Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal e de um Posto Operacional no Comando Territorial da GNR, com interfaces para o ICNF e AML, (iii) instalar uma rede de comunicações entre os vários locais, (iv) desenvolver todos os serviços técnicos para a implementação do sistema, bem como (v) a executar uma obra hidráulica de remodelação do acesso a uma das infraestruturas sita em S. Luís.

O protocolo sobre o qual se propõe que a câmara municipal delibere, tem com objeto, entre outras, a definição da contrapartida financeira por parte da câmara municipal, a partir de 2020, no valor anual de 10.000,00 €, por um prazo de dez anos.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere, nos termos das disposições legais conjugadas das alíneas e), j) e k) do nº 2 do artigo 23º e alíneas t) e u) do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o presente Protocolo de Cooperação, a celebrar entre a Câmara Municipal de Palmela e a Área Metropolitana de Lisboa, nos termos da minuta anexa à presente proposta.»

Sobre a proposta de Protocolo de Cooperação com a Área Metropolitana de Lisboa – Sistema de Vigilância Contra Incêndios no Parque Natural da Arrábida numerada SMPC 01_09-17 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que a bancada do PS pensa que isso é, de facto, um instrumento de referência e, de facto indispensável para o Parque Natural da Arrábida. É salutar que a câmara municipal esteja disponível para assumir o investimento para preservar e proteger o Parque Natural da Arrábida, inclusive a própria Serra de São Luís, que vale a pena, o investimento.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que este protocolo é bem-vindo e a proteção da Arrábida é fundamental e é importante que na Área Metropolitana de Lisboa envolva simultaneamente os 3 municípios.

De facto, a Serra da Arrábida é, senão a maior, uma das maiores riquezas, que existe na península, sendo um elemento diferenciador. Portanto, votará favoravelmente. O protocolo, de facto, tem custos, mas são aqueles custos que valem a pena.

Questiona, se o protocolo que será celebrado entre a Câmara de Setúbal e de Sesimbra com área Metropolitana será idêntico a este e se o valor a pagar por cada autarquia e é igual para todos.

O **Sr. Presidente** responde afirmativamente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Alteração ao PDM de Palmela – Transposição dos Planos Especiais de Ordenamento do Território.

PROPOSTA N.º GPE 01_09-17:

«A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, operou uma alteração profunda ao nível do sistema de gestão territorial e da tipificação dos instrumentos de planeamento, de entre os quais se destaca a recondução dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), diretamente vinculativos dos particulares, para Programas Especiais e consequentemente a transposição das normas relativas ao uso, transformação e ocupação do solo desse PEOT para os Planos Territoriais de Âmbito Municipal (PTAM), nomeadamente para o Plano Diretor Municipal (PDM).

Decorrente do disposto no n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, os conteúdos dos PEOT, com incidência no território municipal, devem ser vertidos para o PDM, no prazo de 3 anos, a contar da data da entrada em vigor desta lei.

De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo compete às comissões de coordenação e desenvolvimento regional, com o apoio das entidades responsáveis pela elaboração dos planos especiais de ordenamento do território em vigor e das associações de municípios e município abrangidos por aqueles planos, a identificação das normas relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais diretamente vinculativas dos particulares que devem ser integradas no PDM.

É neste contexto legal que a Câmara Municipal de Palmela, após a receção das fichas de identificação das normas dos PEOT, elaboradas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) com incidência no Concelho de Palmela – Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto de 2005 e Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado (PORNES), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2008, de 1 de outubro de 2008, procedeu à sua integração na proposta de regulamento da revisão do PDM.

Porém, com a perceção de que a revisão do PDM não estaria concluída, aprovada e publicada até à data fixada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, veio a CCDRLVT sugerir que o Município de Palmela desencadeasse desde já uma alteração ao PDM em vigor, adotando um procedimento de “alteração por adaptação”, nos termos do artigo 121.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) - Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Não obstante o trabalho de estabilização e consolidação da proposta técnica de revisão do PDM que tem vindo a ser desenvolvida nos últimos meses, considera-se e torna-se evidente que o calendário e as exigências decorrentes da legislação suprarreferida remetem para a necessidade de desencadear desde já este procedimento de transposição dos PEOT para o PDM em vigor.

De modo a manter a estrutura do Regulamento do PDM em vigor, elaborado em 1997, à luz do Decreto-lei n.º 69/90, de 02 de março, em especial no que respeita à numeração dos artigos e também ao conteúdo dos mesmos, **propõe-se** aditar ao regulamento um novo artigo - 1º-A no Capítulo I, relativo às Disposições Introdutórias - Transposição dos PEOT, para contextualizar a introdução de um novo capítulo (Capítulo IV), onde se encontram transpostas as normas emanadas dos PEOT.

Alterou-se também a redação do n.º 2 do artigo 23º, relativo aos Espaços Naturais e Culturais das áreas protegidas em questão, de modo a referenciar a gestão do território concelhio nas áreas identificadas nas plantas de desdobramento segundo as normas de salvaguarda transpostas dos PEOT.

Procedeu-se à introdução de um novo capítulo - Capítulo IV - que acomoda “em bloco” as normas que condicionam o uso, transformação e ocupação do solo, respeitantes aos regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, diretamente vinculativas dos particulares, contidas nos PEOT. Esta organização ainda que contrarie a coerência sequencial do regulamento, pois aparece depois do Capítulo III, relativo às “Disposições Finais”, pretende ser o menos intrusiva possível na atual estrutura do regulamento.

Assim, decorrente do disposto no n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e do artigo 121.º do RJIGT, na redação conferida pelo Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, **propõe-se**, promover a alteração ao PDM de Palmela, na modalidade de alteração por adaptação para transposição das normas vinculativas e obrigatórias (artigos 1º-A, nº 2 do artigo 23º e artigos 37º a 74º) e desdobramentos da Planta de Ordenamento para cada uma das áreas protegidas integradas no Concelho de Palmela – Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado, os quais são objeto de publicação (documentos em anexo à proposta).

Decorrente do n.º 1 do artigo 90º, do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio e em conformidade com as competências atribuídas pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais - alíneas h) e r), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - submete-se a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal.»

Sobre a proposta de Alteração ao PDM de Palmela – Transposição dos Planos Especiais de Ordenamento do Território numerada GPE 01_09-17 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que a bancada do PS, de facto, só lamenta, é a morosidade de todo este processo., que se entende que não é da responsabilidade do município, mas de outras entidades.

O **Sr. Presidente** refere que dadas as alterações profundas que tem havido na legislação e que têm obrigado este processo de revisão a ser permanentemente, alvo de atualizações, já não se considera um processo de revisão do PDM, mas sim um processo de um novo PDM, de uma nova geração de PDM; porque, de facto, alterou-se muito da lei dos solos, as normas relativas ao fracionamento da propriedade, a questão dos ecossistemas dos corredores vitais. Isto vai complicar um bocadinho, porque vem proteger mais o território e possivelmente vai contrariar alguns interesses, mas, de facto, são leis que têm de ser incorporadas no plano e esse, por sua vez, irá ser também a lei para o território e nós, por muito que as equipas da câmara estejam fortemente empenhadas, são constantemente sugeridos novos estudos, agora a própria cartografia vai ter que ser a autarquia a fazer cartografia. A câmara terá seguramente trabalho para mais 2 anos e, possivelmente, só em 2018 será a fase de aprovação do início da discussão pública que, por sua vez, vai durar seguramente um ano.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que deverá ser feita uma reflexão sobre o modelo de como é construído PDM, porque a velocidade das alterações, retiram a eficácia de assistência ao instrumento, porque ele nunca consegue, de facto estar em pleno de utilização e de atualização. Portanto, é uma questão complicada.

O **Sr. Presidente** refere que ele não deixa de ter uma natureza preventiva, apesar de proteger por excesso nalguns aspetos. Mas, ele padece sobretudo de ter sido feito num período em que não havia uma consciência tão grande sobre os valores naturais dos territórios e, sobretudo da falta de afinação da regulamentação específica. Este PDM é quase um Plano Regional de Ordenamento do Território.

Ainda ontem, na Assembleia Municipal, se discutia a tese sobre o aeroporto onde, porquê e como não para retomar, naturalmente a discussão; mas só para dizer que, em 2011, já estava em curso o processo de revisão do PDM e as orientações estratégicas vieram do Plano Regional de Ordenamento do Território, que por um triz, não foi publicado.

Porque aconteceu a saída do governo Sócrates e não houve publicação que levou a fazer um PDM que tem uma plataforma logística, duas ligações ao porto de Setúbal e uma ligação ao Aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, uma linha de alta velocidade e agora, de um momento para o outro, as coisas estão suspensas. É muito difícil planear assim e nenhuma entidade quer arriscar. E a câmara tem estado a arriscar, pois tem uma proposta e quer é concretizar essa proposta e que as entidades aceitem e que ela vá para discussão pública.

Muito do trabalho que haverá a fazer, de aperfeiçoamento, pode ser feito durante a discussão pública, ou seja, com isto em andamento, a sementeira, mas para isso era necessário que as outras entidades acertassem. A autarquia ainda não conseguiu resolver com a CCDR as

exclusões à Reserva Ecológica Natural, mesmo aquelas referentes às atividades económicas que foram aprovadas devido ao interesse municipal, não estão a conseguir passar nas conferências de serviços com a CCDR. Mas o resultado final será muito bom, mas já não é uma revisão com o retoque aqui ou acolá, é completamente diferente. Agora trata-se de operacionalizar uma questão que é obrigatória e para ir em tempo, porque a câmara tem de pôr no seu PDM estes planos especiais dos parques, das reservas, que são transpostos automaticamente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Atendendo a que os Pontos 3 e 6 são sobre o mesmo assunto “Cedência temporária de domínio público: festividades locais” e “Cedência temporária de domínio público para eventos de promoção de produtos locais” as propostas são apresentadas seguidas.

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Cedência temporária de domínio público: festividades locais.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_09-17:

«O associativismo continua a ser um parceiro privilegiado do Município nos processos de construção, cooperação e de desenvolvimento dos territórios. No Concelho de Palmela o movimento associativo é determinante e riquíssimo, com profundas ligações às comunidades onde se insere e às suas manifestações culturais.

A forte tradição de realização de festas de cariz popular é a expressão visível dessa dinâmica comunitária.

Os promotores destas iniciativas recorrem correntemente à utilização de espaços privado ou cuja propriedade é das Juntas de Freguesia do Concelho, bem como ao uso do espaço público.

A utilização do espaço público para implementação de atividades a desenvolver, estão essencialmente relacionadas com a instalação de pavilhões de índole comercial, os quais representam, na generalidade dos casos, a principal fonte de receita financeira para as entidades organizadoras.

Desta forma, considerando:

- a) que o conjunto significativo de entidades de natureza pública e de natureza privada promovem no Concelho iniciativas de índole desportivo, social e cultural de grande impacto nas comunidades locais e de manifesta relevância pública;

- b) que cabe à Câmara Municipal de Palmela apoiar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal;
- c) que as iniciativas necessitam, para a sua concretização, da utilização de espaço de domínio municipal;
- d) que a cedência de espaço de domínio municipal, público ou privado, se revela por isso meio idóneo indispensável à normal realização das atividades;
- e) que as entidades promotoras assumem uma posição central na organização e planeamento do espaço de realização das iniciativas.

Propõe-se à Câmara Municipal de Palmela, em conformidade com a alínea u), n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar:

1. As cedências precárias e gratuitas de domínio municipal, identificados no final da proposta, dos prazos definidos e conforme planta dos espaços em anexo, devendo igualmente os serviços municipais considerar que, durante o período de cedência, e por razões de circulação e segurança, será desaconselhável, salvo motivos ponderosos, proceder a licenciamentos precários de ocupação de via pública junto das vias de acessos à área cedida e noutros locais de proximidade que aconselhem a mesma prudência.
2. Todas as cedências são deliberadas no pressuposto do cumprimento pela entidade beneficiária dos normativos aplicáveis ao evento/iniciativa, e designadamente assegurando, dentro da área objeto de cedência, a normal circulação de veículos de emergência e socorro, bem como a livre circulação de residentes e outros usufrutuários de edificações ou outros imóveis.

Mercado Caramelo – de 12 a 14 maio 2017

Confraria da Sopa Caramela

NIF: 510 865 151

Zona de implantação (planta n.º 1)

Jardim José Maria dos Santos

Rua da antiga estação (parques de estacionamento)

Parque de estacionamento da Praça da Independência

Período de cedência: 1 a 19 maio

Festas de S. Gonçalo – de 25 de maio a 1 junho 2017

Associação de Festas de São Gonçalo

NIF: 506 829 324

Zona de implantação (planta n.º 2)

Parque de Merendas de S. Gonçalo

Passeios Estrada Nacional

Período de cedência: 8 de maio a 5 junho

Festas Populares de Pinhal Novo – de 6 a 11 junho 2017

Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local

NIF: 504 705 873

Zona de implantação (planta n.º 3)

Praça da Independência

Jardim José Maria dos Santos

Logradouro da Casa Santa Rosa

Rua da Praça da Independência (entre os pinheirinhos e a rotunda)

Rua de Olivença

Av. Alexandre Herculano

Rua Padre José Estevens Dias

Zona envolvente ao Mercado Municipal e Biblioteca Municipal

Período de cedência: 22 maio a 15 junho

Festas das Vindimas – de 31 de agosto a 5 de setembro de 2017

Associação de Festas de Palmela

NIF: 506 999 165

Zona de implantação (planta n.º 4)

Largo São João Batista

Largo Eng.º Jacinto Augusto Pereira

Rua Quinta da Cerca

Avenida da Liberdade

Rua Dr. Juiz José Celestino Ataz Godinho de Matos

Avenida Rainha D. Leonor

Avenida Bombeiros Voluntários de Palmela

Rua General Amílcar Mota

Rua de Olivença

Rua Vasco da Gama

Rua Infante D. Henrique

Rua Padre Manuel Caetano

Período de cedência: 14 agosto a 11 setembro

Festas de Todos os Santos – 27 outubro a 1 novembro de 2017

Associação de Festas de Quinta do Anjo

NIF: 507 778 863

Zona de implantação (planta n.º 5)

Rua D. Jorge de Lencastre

Rua João de Deus

Período de cedência: 20 outubro a 6 novembro.»

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ECONOMIA LOCAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Cedência temporária de domínio público para eventos de promoção de produtos locais.

PROPOSTA N.º DCTEL 01_09-17:

«Os eventos de promoção da economia local têm constituído uma rede de promoção e de apoio ao desenvolvimento dos negócios relacionados com as atividades tradicionais. Estas manifestações promovidas por associações locais, têm-se consolidado como grandes montras para a apresentação da produção local, sobretudo do setor primário.

Iniciativas como a Mostra de Vinhos em Fernando Pó e a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão fazem parte do calendário das festividades locais e constituem espaços de oportunidade para um convívio entre produtores e consumidores.

Para a realização destes eventos, que em muito beneficiam as populações locais, as associações recorrem à utilização de espaços privados ou cuja propriedade é das Juntas de

Freguesia do Concelho, bem como ao uso do espaço público. A utilização do espaço público tem múltiplas utilizações, entre elas a instalação de estruturas de índole comercial, as quais representam também uma fonte de receitas para as entidades organizadoras.

Neste sentido e considerando que:

- a) que estas associações promovem no concelho iniciativas de promoção dos produtos locais, que registam um impacto importante para as comunidades locais e para as atividades económicas que promovem;
- b) que cabe à Câmara Municipal de Palmela apoiar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal;
- c) que as iniciativas necessitam, para a sua concretização, da utilização de espaço de domínio municipal;
- d) que a cedência de espaço de domínio municipal, público ou privado, se revela por isso meio idóneo indispensável à normal realização das atividades;
- e) que as entidades promotoras assumem uma posição central na organização e planeamento do espaço de realização das iniciativas.

Propõe-se à Câmara Municipal de Palmela, em conformidade com a alínea u), nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberar:

1. As cedências precárias e gratuitas de domínio municipal, identificados no final da proposta, dos prazos definidos e conforme planta dos espaços em anexo, devendo igualmente os serviços municipais considerar que, durante o período de cedência, e por razões de circulação e segurança, será desaconselhável, salvo motivos ponderosos, proceder a licenciamentos precários de ocupação de via pública junto das vias de acessos à área cedida e noutros locais de proximidade que aconselhem a mesma prudência;
2. Todas as cedências são deliberadas no pressuposto do cumprimento pela entidade beneficiária dos normativos aplicáveis ao evento/iniciativa, e designadamente assegurando, dentro da área objeto de cedência, a normal circulação de veículos de emergência e socorro, bem como a livre circulação de residentes e outros usufrutuários de edificações ou outros imóveis.

Mostra de Vinhos em Fernando Pó – de 12 a 14 maio 2017

Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó

NIF: 501 626 999

Zona de implantação (planta n.º 1)

Rua da Sociedade

Período de cedência: 10 a 16 maio

Feira Comercial e Agrícola de Poceirão – de 7 a 9 de julho 2017

Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão

NIF: 504 699 725

Zona de implantação (planta n.º 2)

Estrada Municipal 533

Rua Padre Vieira

Avenida de Palmela

Rua António Sérgio

Rua António Aleixo

Rua 5 de Outubro

Rua Alexandre Herculano

Período de cedência: 5 a 11 de julho.»

Sobre as propostas “Cedência temporária de domínio público: festividades locais” (Ponto 3) e “Cedência temporária de domínio público para eventos de promoção de produtos locais” (Ponto 6) intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que obviamente, as festas e este evento de promoção turística já fazem parte do calendário cultural e promoção das atividades económicas onde a cultura e a economia local acabam por se juntar em momentos de festas. Mas a vida contínua para as pessoas e, portanto, durante estes períodos de festas há quem vai trabalhar, há quem tenha exames para fazer, portanto, a vida contínua independentemente de haver a opção, para quem pode parar, festejar e sair à rua, provar os produtos locais, seja em Fernando Pó, seja na Feira Agrícola do Poceirão.

Em relação especificamente ao Pinhal Novo, refere que tem duas 2 questões em relação à zona de implantação do Mercado de Caramelo, no que diz respeito ao parque de estacionamento da estação da REFER do lado Norte. É uma questão referenciada, cria bastantes dificuldades, porque é praticamente a única bolsa de estacionamento que existe naquele lado para servir os utentes da REFER, pelo que as barracas dos comes e bebes, ou os carrosséis podem e devem ser colocados noutro lado, como, por exemplo, no quadrado relvado da Praça da independência.

Em relação à implantação também das Festas Populares de Pinhal Novo, em relação aos carrosséis, questiona se o espaço é público ou privado.

Percebe que as festas são independentes, têm associações independentes, mas, tendo em conta que tem a ver com a utilização do espaço que é público e com o descanso também das pessoas, aqueles carrosséis junto à urbanização onde estão, são normalmente alvo de algumas reclamações por parte dos moradores. Sugere que se faça um esforço para pôr os carrosséis fora do local onde pura e simplesmente só existem prédios de habitação.

Votarão, obviamente, favoravelmente, mas defende que a festa também não interfira na vida das pessoas que infelizmente não podem estar em festa nesse período.

O **Sr. Presidente** refere que estes grandes eventos provocam sempre grandes incómodos, e se forem descentrados dos centros das localidades, passarão a ser eventos diferentes. Basta ver o que se passa com a Festa das Vindimas, que a festa não tem por onde crescer mais e portanto instala-se junto aos prédios. Dá nota de algumas reclamações mas tem-se atuado ao nível do horário máximo e tem havido respeito, as autoridades têm feito terminar as festas em determinados espaços, a horas diferentes, consoante a licença que o município emite.

Já quanto à instalação em locais alternativos, por exemplo, no que diz respeito ao Mercado Caramelo, esclarece que o parque não é exclusivamente para utentes da REFER, é um parque público, que faz parte do município e é uma praça que também pode ter esta utilização. Há, de facto, é dois eventos seguidos, com um intervalo de 15 dias, que vão provocar ali uma interrupção de 8 dias no estacionamento e causa algum constrangimento. Mas se isto acontecesse pela 1ª vez a surpresa era maior. As pessoas já se aperceberam que têm de alterar um bocadinho a sua vida nestes 2 grandes eventos e há aqui uma questão de natureza técnica que é a infraestrutura. O município tem em curso um procedimento, que dantes transferia no subsídio para as Festas do Pinhal Novo e agora vai voltar a fazer por administração direta, para rentabilizar 3 eventos. É uma infraestrutura que vai ficar montada para 3 eventos, pois a câmara não pode gastar milhares de euros de cada vez. A infraestrutura vai custar 22.000,00€ e vai ter que servir o Mercado Caramelo, Festas Populares de Pinhal Novo, Festival Internacional de Gigantes e outras que surjam durante o Verão, portanto, foi uma opção estratégica. Os carrosséis têm de estar nos sítios onde há aquela amperagem, aquela voltagem e se quisesse deslocar para outros sítios podia não haver posto de transformação com potência para fornecimento elétrico suficiente.

No futuro, ter-se-á que pensar se as festas vão continuar nos centros da vila ou se vão para um espaço como, por exemplo, a Feira do Poceirão que decorre e bem no Parque Mário Bento e vai crescendo para a envolvente; se tivesse mais gente, tinha de continuar a crescer e ficar ali debaixo dos prédios e à porta das pessoas.

São realidades diferentes, mas, de facto também com a melhoria do parque no Pinhal Novo a Sul e com alguma informação e também as organizações foram sensibilizadas para reduzirem ao máximo o tempo de montagem e desmontagem.

Foram registadas essas preocupações naturalmente, mas, neste momento, as organizações também não têm grandes alternativas a não ser manter este espaço,

Submetida a votação a proposta designada por Ponto 3, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a proposta designada por Ponto 6, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Protocolo de cedência de viatura Chaimite entre o Exército e o Município de Palmela.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_09-17:

«A Viatura militar Chaimite é portadora de uma carga simbólica muito grande, pelo seu envolvimento em momentos marcantes da história de Portugal.

A sua utilização como viatura de transporte dos militares que em 25 de Abril de 1974, derrubaram a ditadura que há 48 anos oprimia o povo português a par das imagens que se perpetuaram do Capitão Salgueiro Maia no Terreiro do Paço e no Largo do Carmo junto da Viatura, ou da rendição do então Presidente do Conselho, são marcos da história que envolvem a Chaimite.

Mais recentemente esta viatura esteve envolvida em missões de Paz, ao serviço das Nações Unidas, nomeadamente no Kosovo e na Bósnia.

Tendo chegado ao fim do seu ciclo de vida, o Exército Português, disponibiliza aos municípios interessados, Viaturas Chaimites para exposição.

Nesse sentido, o Município de Palmela, encetou os contactos para a cedência de uma dessas viaturas, com o objetivo de integrar um monumento evocativo do 25 de Abril e valorativo do Exército Português.

Assim, **propõe-se** em conformidade com a alínea t) do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL, a aprovação da minuta do Protocolo de Cedência de Viatura Chaimite entre o Exército e o Município de Palmela, que se anexa e é parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Protocolo de cedência de viatura Chaimite entre o Exército e o Município de Palmela numerada DCDJ 02_09-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que votará favoravelmente. O protocolo é bem-vindo e é importante que no Pinhal se perpetue; não é que o vínculo ao espírito do 25 de Abril não estivesse já representado em vários locais do concelho. Mas é importante, porque, de facto, a chaimite tem um particular significado no 25 de Abril a todos os títulos. Mas é pena que este protocolo venha quando já está negociada a inauguração, foi pena que não se tivesse conseguido mais cedo para não parecer que hoje aquilo que estão a fazer, porque tudo já está finalizado e terminado para o próximo dia 23.

A **Sra. Vereadora Maria Justino** refere que este é mais um ato que exalta a história e a torna mais verídica e quase palpável. Tiveram no Jardim José Maria dos Santos, um avião que ficou nas memórias, portanto espera que o chaimite sirva também para invocar as memórias certas durante os próximos anos, e que não deixe morrer este momento.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Atribuição do direito de utilização e ocupação de duas lojas na zona comercial do Castelo de Palmela.

PROPOSTA N.º DCDJ 03_09-17:

«Nos termos do Edital n.º 173/DADO-DAG/2016, realizou-se *Concurso para a atribuição do direito de utilização e ocupação de duas lojas na zona comercial do Castelo de Palmela*.

Apresentaram-se a concurso dois concorrentes, a saber:

- Bobo da Corte do Castelo de Palmela – Hotelaria, Lda, sócio gerente: Cláudio Belchior
- Hugo Filipe Valente dos Santos, da empresa The Selector.

As propostas de ambos os concorrentes foram consideradas aptas pelo júri, após análise conforme consta do relatório preliminar. Os concorrentes foram, nos termos do CCP – artigos 123.º e 147.º - notificados para se pronunciarem no prazo de 5 dias, o que fizeram sem que qualquer objeção houvesse à posição do júri.

Foi lavrado o relatório final, que - com toda a documentação que compõe o processo – é submetido à reunião de Câmara, para apreciação, **propondo-se** decisão de adjudicação, nos termos do artigo 148.º do CCP, nos seguintes termos:

- Loja 1: Hugo Filipe Valente dos Santos
- Loja 3: Bobo da Corte do Castelo de Palmela – Hotelaria, Lda.»

Sobre a proposta de Atribuição do direito de utilização e ocupação de duas lojas na zona comercial do Castelo de Palmela numerada DCDJ 03_09-17 intervêm:

A **Sra. Vereadora Maria Justino** refere que congratulam-se e votarão favoravelmente pela continuidade do investimento neste vetor local, com medidas como esta que estimulam o turismo e trazem valor acrescido aos espaços. Questiona se todos os espaços ficaram ocupados e se ficaram resolvidos os problemas de salinidade.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que ficam de facto, ocupadas as lojas que estavam vagas. Relativamente aos problemas do espaço, eles estão a ser tratados.

O **Sr. Presidente** refere que está em curso um procedimento para a impermeabilização dos terraços da praça de armas. Aqueles edifícios infelizmente, como outros antigos com séculos, são fruto de várias ações de conservação, mas frequentemente aparecem patologias. Não é uma questão de salinização, é mesmo de infiltrações e humidades, mas a câmara está a procurar com estas intervenções atenuar essas patologias. Aliás, felizmente, a intervenção que foi feita no local que hoje é ocupado pelo Bobo da Corte funcionou. Portanto, foi uma intervenção, do ponto de vista técnico, complexa, em dois tempos, mas que garantiu estancar esse tipo de problemas. A autarquia vai procurar uma solução idêntica nesta empreitada dos terraços na Praça de Armas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das vinte e três horas e trinta minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco